

MF- Ministério da Fazenda
SPREV- Secretaria de Previdência
SRPPS – Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social

RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA PREVIDENICÁRIA DOS RPPS DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

BRASÍLIA, DF – 28 de Junho de 2017

SUPERVISÃO - MARCO NORMATIVO

- **Lei nº 9.717/1998**: regras gerais de organização e funcionamento.
 - Art. 1º - Princípios gerais.
 - Art. 6º - Fundos previdenciários.
 - Art. 7º - Penalidades aos entes por descumprimento.
 - Art. 9º - Atribuições da União, por intermédio do MPS:
 - Orientação, supervisão e acompanhamento.
 - Estabelecimento de parâmetros e diretrizes gerais.
 - Apuração de infrações e aplicação de penalidades.
- **Decreto nº 3.788/2001**: Institui o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, que atestará o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidas na Lei 9.717/1998 pelos entes federativos, sendo exigido nos seguintes casos:
 - Realização de transferências voluntárias de recursos pela União.
 - Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União.
 - Celebração de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais.
 - Pagamento dos valores devidos pelo RGPS, relativos à compensação financeira previdenciária.

RPPS - GRANDES NÚMEROS

TOTAL RPPS - FEV/2017	2.105	REGULARES CRP	887	42,2%
------------------------------	--------------	----------------------	------------	--------------

SEGURADOS - 2015 (MILHÕES)	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TOTAL
	6,3	2,6	1,1	10,0

TOTAL RECURSOS - 2016 (R\$ BILHÕES)	INVESTIMENTOS	OUTROS BENS/DIREITOS	TOTAL
	126,4	32,8	159,2

RESULTADO FINANCEIRO 2016 (R\$ BILHÕES)				
	MUNICÍPIOS	ESTADOS/DF	UNIÃO (Civis)	TOTAL
RECEITAS	53,2	68,2	30,7	152,1
DESPESAS	42,1	157,8	73,8	273,7
RESULTADO	+11,1	-89,6	-43,1	-121,6
% PIB	+0,18%	-1,44%	-0,69%	-1,95%

RESULTADO ATUARIAL 2016 (R\$ trilhões)				
	MUNICÍPIOS	ESTADOS/DF	UNIÃO	TOTAL
DÉFICIT ATUARIAL	-0,7	-4,6	-1.2	-6.6 trilhões
% PIB	-12,37%	-74,33%	-19,99%	-106,69%

ENTES FEDERATIVOS - REGIME PREVIDENCIÁRIO E CRP

REGIME PREVIDENCIÁRIO

REGIME	Nº DE ENTES	%	SERVIDORES ATIVOS		
			RGPS	RPPS	TOTAL
RGPS	3.491	62,4%	1.760.995	-	1.760.995
RPPS	2.105	37,6%	1.155.803	6.308.893	7.464.696
TOTAL	5.596	100,0%	2.916.798	6.308.893	9.225.691
Municípios: 2.077 - RPPS; 3.491 - RGPS			31,8%	68,2%	100,0%

Fonte: DRPSP/SPPS/MF - 1) Regime - CADPREV (posição em 14/02/2017). 2) Servidores - CADPREV (RPPS - posição em 2015) e RAIS (RGPS - posição em 2014).

REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA DOS RPPS

SITUAÇÃO CRP	Nº	%
COM CRP ADMINISTRATIVO	887	42,2%
COM CRP POR DECISÃO JUDICIAL	333	15,8%
SEM CRP VIGENTE (*)	884	42,0%
TOTAL (**)	2.104	100,0%

(*) Vencidos: a) até 30 dias: 51 (2,4%); b) mais de 30 dias a 12 meses: 324 (15,4%); c) mais de 12 meses: 509 (24,2%). (**) Sem União.

Fonte: DRPSP/SPPS/MF - CADPREV (posição em 14/02/2017)

QUANTIDADE DE SEGURADOS DOS RPPS

	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TOTAL	RELAÇÃO ATIVOS / APOSENTADOS	RELAÇÃO ATIVOS / APOS. + PENS.
UNIÃO	1.216.769	572.286	409.953	2.199.008	2,1	1,2
ESTADOS/DF	2.668.253	1.552.047	506.603	4.726.903	1,7	1,3
MUNICÍPIOS	2.423.871	477.604	134.849	3.036.324	5,1	4,0
TOTAL	6.308.893	2.601.937	1.051.405	9.962.235	2,4	1,7

Fonte: DRPSP/SPPS/MF - Dados consolidados para Anuário Estatístico da Previdência Social - 2015

Observação: Incluídos servidores civis e militares.

PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DOS RPPS

Caráter Contributivo

- Fixação das alíquotas de contribuição do ente, servidores ativos, aposentados e pensionistas;
- Repasse integral dos valores devidos ao RPPS;
- Pagamento das contribuições parceladas

Equilíbrio Financeiro e Atuarial

- Implementação em lei das alíquotas necessárias para cobertura do plano do benefícios;
- Implementação de plano de amortização do déficit atuarial (alíquota suplementar ou aportes);
- Segregação de massas.

SUPERVISÃO DA SRPPS/SPREV/MF

- Pautada nos princípios do Caráter Contributivo e Equilíbrio Financeiro e Atuarial, visando a sustentabilidade dos RPPS.
- Foco das auditorias diretas e indiretas buscar verificar se os entes realizam de forma adequada suas avaliações atuariais, com definição do plano de custeio dos benefícios assegurados pelo RPPS e se as contribuições devidas estão sendo efetivamente repassadas.

LIMITAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA **DOS ENTES FEDERATIVOS**

- Inobstante o repasse integral das contribuições seja fundamental para o equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS, a SRPPS é sensível às limitações orçamentárias e financeiras pelas quais passam os Estados, o DF e os Municípios, que impedem o repasse integral das contribuições devidas ao RPPS.
- ALTERNATIVA: Parcelamento dos Débitos, com prazo determinado, com acréscimos legais que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

DÉBITOS PARCELADOS E NÃO PARCELADOS PERANTE OS RPPS

TIPO	DÉBITOS PARCELADOS	DÉBITOS NÃO PARCELADOS - DIPR
ESTADOS	2.313.659.298,98	1.205.799.306,52
CAPITAIS	1.999.583.495,34	548.807.880,61
DEMAIS MUNICÍPIOS	15.006.438.575,06	1.714.871.985,49
Total Geral	19.319.681.369,38	3.469.479.172,63

Nº DE PARCELAMENTOS

Tipo de Ente	Qtidade de Parcelamentos	Saldo Atualizado	Qtidade Média de Parcelas	Valor do Parcelamento na Data da Consolidação
Estados	94	2.313.659.299	71	2.646.296.669
Capitais	99	1.999.583.495	105	2.089.061.141
Demais Municípios	6.288	15.006.438.575	108	16.646.175.172
Total Geral	6.481	19.319.681.369	108	21.381.532.981

PREVISIBILIDADES DE REGRAS DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS

- Art. 9º da Lei nº 9.717/1998 – prevê que compete ao MPS (atual SPREV/MF) estabelecer parâmetros e diretrizes gerais previstos na Lei;
- Parâmetros definidos por meio de Portarias Ministeriais, utilizando-se como referência a disciplina estabelecida para parcelamentos com o RGPS, conforme art. 40, §12, da Constituição Federal.

REGRAS ATUAIS DE PARCELAMENTO

- PARCELAMENTO CONVENCIONAL:
 - contribuições patronais por 60 parcelas.
- PARCELAMENTO ESPECIAL: MP 589/2012, convertida Lei 12.810/2013
 - débitos até fevereiro/2013;
 - patronais em até 240 parcelas;
 - servidor em até 60 parcelas;
 - débitos não decorrentes de contribuição em até 60 parcelas.

MP 778/2017 – PARCELAMENTO ESPECIAL

- parcelamento especial de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Objetivo: atender demanda de diversos entes federativos e de entidades representativas, como CMN e FNP (crise econômica, com efeitos na queda da arrecadação e nas finanças públicas;
- Extensível aos RPPS dos entes federativos, no que couber, em decorrência do art. 40, §12, CF..

RGPS X RPPS (diferenciações)

- RGPS: solidariedade entre os segurados e das empresas para o custeio do sistema;
 - Todos recolhem para o mesmo caixa, para pagamento dos segurados em geral.
 - RPPS: sistemas independentes, “fechados” (cada ente tem o seu), que tem que garantir Equilíbrio Financeiro e Atuarial;
 - Em caso de insolvência, deverá ser equacionado pelo Tesouro único ente;
- ❖ ***Regras são similares, mas não idênticas.***

RPPS: CABIMENTO PARCELAMENTOS ESPECIAIS

- Regulação apenas quando surge lei que autorize esse parcelamento para o RGPS;
- Observância, no que couber, dos prazos do RGPS (equilíbrio financeiro e atuarial).
- **DIFERENCIAÇÕES DAS REGRAS DO RGPS:**
 - índice oficial de atualização e taxa de juros, limitado como mínimo atuarial (INPC + 6% a.a.), em substituição à SELIC;
 - não há um prazo máximo para a formalização do parcelamento, em razão da dificuldade de aprovação de lei autorizativa.

PARCELAMENTO ESPECIAL: REGRAS PROPOSTAS

- Débitos até a competência MARÇO/2017, parcelamento no prazo de 200 meses para as contribuições do ente federativo, dos servidores ativos, aposentados e pensionistas e outros débitos não decorrentes das contribuições previdenciárias;
- Poderão ser incluídos parcelamento ou reparcelamento anterior;
- Lei autorizativa específica para parcelamento ou reparcelamento especial;

PARCELAMENTO ESPECIAL: REGRAS PROPOSTAS

- Lei deverá prever a vinculação do FPE/FPM como garantia das prestações acordadas e não pagas no vencimento, mediante autorização ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM (Banco do Brasil S.A.);
- ❖ **Regras similares ao do RGPS, respeitadas as peculiaridades do RPPS.**

PARCELAMENTO CONVENCIONAL: não mudou

- Ente – 60 meses;
- Servidor e Débitos não decorrentes de contribuições não parcelam;
- Índice oficial de atualização e taxa de juros previsto em Lei, para consolidação do débito, prestações vincendas e vencidas (vedada SELIC);
- Facultativa vinculação do FPE/FPM.

REGRAS COMUNS:

- Índice oficial + taxa de juros (mínimo a meta atuarial), previsto em lei, para a consolidação do débito, prestações vincendas e vencidas (vedada SELIC);
- Vencimento da 1^o parcela até o término do mês seguinte;
- Previsão de multas para parcelas vencidas;
- Prestações iguais e sucessivas, pagas em moeda corrente;
- Formalizados por meio do CADPREV WEB;
- Poderá ser reparcelado uma única vez.

MF - Ministério da Fazenda
SPREV - Secretaria de Previdência
SRPPS - Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social

MIGUEL ANTONIO FERNANDES CHAVES
Coordenador-Geral de Auditoria e Contencioso

(61)2021-5555
atendimento.rpps@previdencia.gov.br